



Estado apresenta proposta para pagamento da advocacia dativa

Página - 8



Questões jurídicas e serviços atraem público ao 'Maio Trabalho'

Página - 3



Presidentes da OAB vão ao TJ por soluções para insuficiência de servidores

Página - 11



OAB-MT consegue liminar que impede transferências irregulares de presos

Página - 4

OAB-MT reitera pedido de celeridade sobre inquérito dos grampos

Página - 7

DIRETORIA DA OAB

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente

Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral

Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta

Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro

Helmut Flávio Preza Dalto

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda

Bruna Ergang da Silva
Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marcal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
Luiz da Penha Corrêa

Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Junior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda
Ricardo Moraes de Oliveira

Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente

Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente

Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral

Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto

José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores

Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente

Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto

Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral

Silvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta

Marina Ignotti Faiad

Coordenador Pedagógico

Vladia Maria

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

Presidente

JOÃO BATISTA BENETI

Vice-presidente

ADRIANO CARRELO SILVA

Secretário-geral

SILVANO MACEDO GALVÃO

1ª TURMA

Presidente

RENATO DE PERBOYRE BONILHA

Relatores

ROBER CESAR DA SILVA
GIORGIO AGUIAR DA SILVA

2ª TURMA

Presidente

ROBERTO ANTUNES BARROS

Relatores

MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA
ROSENI APARECIDA FARINACIO
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE

3ª TURMA

Presidente

PEDRO MARCELO DE SIMONE

Relatores

SEILA MARIA ALVARES DA SILVA
APOENA CAMERINO DE AZEVEDO
ALENCAR FELIX DA SILVA
MARCELO BERTOLDO BARCHET

4ª TURMA

Presidente

JOÃO MANOEL JUNIOR

Relatores

JOSÉ RAVANELLO
LINOIR LAZZARETTI JUNIOR
ANA MARIA SORDI TEIXEIRA MOSER
ILDO DE ASSIS MACEDO

5ª TURMA

Presidente

ARNALDO RAUEN DELPIZZO

Relatores

ROSELY AMARAL DE SOUZA
JULIERME ROMERO

ROBERTO CARLONI DE ASSIS
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI
REZENDE

6ª TURMA

Presidente

JACKSON MÁRIO DE SOUZA

Relatores

VINICIUS MANOEL
GELISON NUNES DE SOUZA
JOSÉ ANTONIO GASPARELO JUNIOR
CIBELI SIMÕES DOS SANTOS

7ª TURMA

Presidente

ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES
SILVA

Relatores

LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR
JUCIMEIRE MARQUES DE OLIVEIRA
LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR

8ª TURMA

Presidente

CRISTIANO ALCIDES BASSO

Relatores

JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA
EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPI
JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO
RODRIGO REIS COLOMBO

9ª TURMA

Presidente

AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA

Relatores

RAFAEL VICENTE GONÇALVES TOBIAS
ESTEVÃO PINHEIRO JOTA
CLAIRE INES GAI MATIELO

10ª TURMA

Presidente

SONIA MARIA ALVES SANTOS

Relatores

RAPHAEL NAVES DIAS
JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS
MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES

11ª TURMA

Presidente

MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA

Relatores

AMARO CESAR CASTILHO
PAULO FABRINNY MEDEIROS
ANTONIO ALVES DA SILVA JUNIOR
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO
JOSÉ DIOGO DUTRA FILHO
CLEBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA
RAFAEL WILLIAN BATISTA
ALEX FERREIRA DE ABREU

DIRETORIA DO TDP

Presidente

André Stumpf Jacobe Gonçalves

Vice-presidente

Maurício Magalhães Faria Neto

Secretário-geral

Max Magno Ferreira Mendes

Secretária adjunta

Fabiane Battistetti Berlanga

Telefone de plantão do TDP: (65) 9 9239-1000

Jornalistas:
Natacha Wogel
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243
Ascom/TRE

Fotografias:
Fabrício Rodrigues/ZF Press, Chico Ferreira/ZF Press,
Tchélo Figueiredo/ZF Press e Cibele Estrela

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351



EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:

@oabmatgrosso
www.facebook.com.br/oabmatgrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

Questões jurídicas e serviços atraem público à Alencastro

Mais de 320 pessoas receberam orientação jurídica de diversas ordens durante o dia de campanha Maio Trabalho, realizado em 11 de maio, na Praça Alencastro, Centro. A atividade, que já se tornou tradição da Comissão de Direito do Trabalho da OAB-MT, contou com o apoio de advogados de diversas outras comissões da Ordem - Direito Previdenciário, Direito Tributário, Direito Sindical, Direito do Idoso, Defesa do Consumidor, Direito Penal, Direito Civil e Juizados Especiais -, além de parceiros.

O aposentado João Antônio de Assis, de 64 anos, foi até a Praça Alencastro motivado por advogados que já conhecia para pedir uma orientação sobre um problema que teve com a concessionária de energia. Conforme ele, sua luz foi cortada, mesmo já tendo pago a conta que estaria em atraso. “Vim saber se é possível mover uma ação contra a empresa, porque eu paguei a conta e, ainda assim, foi cortada. Ainda há pouco, fiquei sabendo que restabeleceram o serviço”, relatou. Ele foi atendido pelos membros da Comissão de Defesa do Consumidor e aproveitou e passou na barraca do Sindicato Estadual dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mato Grosso (Sindapi-MT) para confeccionar a carteira de idoso.

Outros serviços também foram bastante procurados no Maio Trabalho, com destaque para o pedido de entrada no Seguro Desemprego e oferta de pos-

tos de trabalho, realizadas pelo Sistema Nacional de Empregos (Sine) – por meio da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Assistência Social (Setas).

A aposentada maria Ramona Cáceres, que havia procurado a Prefeitura de Cuiabá minutos antes para resolver uma questão de registro de imóveis, aproveitou a presença da advocacia na praça para tirar dúvidas sobre como conduzir sua situação. Mostrou a planta e os documentos do bem às advogadas presentes no evento, em busca de um caminho para a solução.

“Eu tenho um imóvel que está dividido entre os herdeiros. Comprei há muitos anos, mas só depois descobri que o registro dele só consta como terreno, e não como a casa. Agora, preciso fazer a partilha em vida para beneficiar minhas netas, que estão precisando do recurso. Na prefeitura, não consegui muita coisa. Mas as advogadas me ajudaram a ter um norte

sobre como agir”, declarou a idosa.

O movimento aconteceu até as 16 horas do dia 11 de maio, período em que os interessados puderam receber orientação sobre segurança e saúde do trabalhador junto à Procuradoria Regional do Trabalho, observar condutas corretas no trânsito, com a equipe do Departamento Estadual de Trânsito, fazer atividades lúdicas com a equipe do Tribunal Regional do Trabalho sobre direitos do trabalhador, consumir história e livros entregues pelo Instituto de Memória da Assembleia Legislativa e, aqueles que conseguiram, fazer doação de alimentos à Associação dos Amigos da Criança com Câncer (AACC).

“A intenção é aproveitar o momento para prestar uma orientação jurídica para a população em geral através das comissões temáticas da OAB-MT, ou seja, para todos que queriam conversar com um advogado sobre alguma questão. E temos a ajuda de nossos parceiros oferecendo outras atividades. O Maio Trabalho já é uma tradição da OAB”, comemorou o presidente da Comissão de Direito do Trabalho, Marcos Avallone.



Conversas no ambiente escolar levam esclarecimento sobre leis do trabalho

As atividades do Maio Trabalho também foram de conscientização aos estudantes da Grande Cuiabá. Adolescentes de escolas públicas e acadêmicos de Direito da região receberam os membros da Comissão de Direito do Trabalho para tratar de temáticas do setor, como lei dos estagiários, menor aprendiz, reforma trabalhista e acidentes de trabalho.

Voltadas aos estudantes de escolas públicas da faixa de 15 a 19 anos, as palestras sobre Lei dos Estagiários e Menor Aprendiz aconteceram na Escola Estadual Marcelina Campos no dia 17 de maio, levadas pelas integrantes da Comissão Cristiane Duarte e Audria Batista. A receptividade dos alunos foi

positiva, na avaliação da coordenadora do Programa OAB Vai à Escola – realizado pela Comissão da Jovem Advocacia que, em maio, juntou-se à do Trabalho para a atividade – Erika Soler.

“Em virtude da paralisação dos caminhoneiros, as outras demais escolas que estavam na programação para a última semana de maio já reagendaram as palestras para junho. Essa é uma atividade muito gratificante, porque os alunos interagem muito e ficam empolgados em receber os advogados que veem na TV, defendendo alguns casos de notoriedade, ali presentes na escola deles”, comentou a advogada.

Na faculdade de Direito da Fausb, em Várzea Grande, cinquenta alunos

participaram da Mesa Redonda sobre Reforma Trabalhista, como informou o vice-presidente da Comissão, Felipe Higa. Na Candido Rondon, outros 50 acadêmicos assistiram ao tema Acidente de Trabalho. “É um processo muito interessante, alunos e professores interagem bastante nas mesas redondas. Já temos programado outro encontro em junho e, também, para o próximo semestre”, informou o advogado.

“É necessário agradecer a todos



os integrantes da Comissão que participaram da campanha. Foi um trabalho intenso e muito gratificante”, avaliou o presidente da Comissão de Direito do Trabalho, Marcos Avallone.

OAB-MT consegue liminar que impede transferências irregulares de presos

O desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho suspendeu os efeitos do Provimento 01/2018, da Corregedoria Geral de Justiça, e da Portaria 051/2018, da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), que autorizavam a transferência de presos sem o conhecimento do juiz da vara de execuções e de forma intempestiva, por decisão do Poder Executivo. Os atos foram considerados ilegais e alvos de mandado de segurança impetrados pela OAB-MT em conjunto com a Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas de Mato Grosso (Abracrim).

A liminar foi concedida no dia 21 de maio, depois que o desembargador reconheceu que as normas em questão ferem a Constituição Federal – quanto ao direito à ampla defesa – e a Lei de Exe-

cução Penal – que determina ser o juiz de execuções o competente para proceder tal medida. “... para prestar a devida tutela à massa carcerária, o Poder Judiciário tem o dever de observar e garantir o cumprimento do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição da República, e do artigo 66 e incisos da Lei de Execução Penal, não podendo coadunar com as acomodações para avaliar a desorganização, a omissão e a imprevidência dos departamentos penitenciários”, apontou o desembargador.

O Provimento 01/2018, assinado pela corregedora-geral de Justiça, Maria Aparecida Ribeiro, de 15 de janeiro, autorizava a transferência de presos “independente de prévia anuência das autoridades judiciais estaduais” e “independente de prévia anuência dos Juízos de

Origem e Destino”. A Portaria estabelecida pelo secretário de Justiça, Fausto José Freitas da Silva, (datada de 20 de março) disciplinava e determinava a transferência dos detentos sem que houvesse a devida comunicação aos defensores ou familiares, além de não haver clara justificativa.

O argumento da advocacia baseou-se também, além da questão da falta de competência para que o Poder Executivo procedesse as transferências, na forma como estavam ocorrendo “... estão sendo transferidos sem qualquer fundamento, sem qualquer justificativa, sem qualquer intimação ou comunicado aos advogados constituídos, defensores públicos e familiares...”, apontou o requerimento.

“O Tribunal suspendeu imediatamente o provimento que autorizava a

transferência de presos de forma ilegal. Tivemos um movimento de transferências bem intenso no começo deste ano no Estado, e esta decisão freia isso. Não podem ser feitas sem que o juiz de execuções determine”, esclareceu o secretário-geral da OAB-MT, Ulisses Rabaneda, acrescentando que, a partir dessa decisão, não mais é possível fazer as transferências da forma como ocorreram no final de março, quando dezenas de presos foram levadas da Penitenciária Central do Estado para unidades do interior.

O mandado de segurança foi elaborado também pelos presidente e secretário-geral da Comissão de Direito Penal e Processo Penal da OAB-MT, Marco Antônio Magalhães dos Santos e Leonardo Bernazzolli, além da presidente da Abracrim, Michelle Marie.

Ordem e Fórum Permanente de Saúde levam reivindicações ao MPE

A OAB-MT e o Fórum Permanente de Saúde reuniram-se no gabinete do promotor de justiça que atua no setor, Alexandre Guedes, para levar as reivindicações apresentadas pelo grupo quanto aos problemas que a Saúde de Mato Grosso enfrenta. O encontro ocorreu no dia 29 de maio, no Ministério Público.

“O promotor ouviu as demandas, ponderou que existem algumas ações civis públicas que ele já propôs, sobre as quais está aguardando sentença. Ele ficou de enviar por e-mail para todos os representantes que lá estavam o inteiro teor dessas ações. Diante dos casos narrados pelo promotor, um dos próximos passos do grupo será procurar o Poder Judiciário, onde estão tramitando as ações, para conhecer o andamento e poder melhor nos organizarmos”, relatou o vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira, que compareceu à reunião com o presidente da Comissão de Responsabilidade Social, José Rodrigues.

O membro da Comissão, por sua vez, ponderou que “parte das denúncias feitas pelo Fórum é de competên-



cia da Promotoria do Patrimônio Público, pois tratam de má-aplicação do dinheiro do governo. Portanto, nova agenda será necessária, com outros promotores responsáveis”.

Em abril, o Fórum Permanente de Saúde procurou a OAB-MT para relatar um quadro de desconstrução do Sistema Único de Saúde no Estado (SUS). Diver-

sas situações foram colocadas pelo grupo, que solicitou o apoio da instituição para assumir a mobilização em razão dos problemas apresentados.

“Vivemos um cenário complexo em que o SUS em Mato Grosso sofre o risco de acabar. O Conselho Estadual de Saúde, órgão deliberativo máximo da saúde pública no Estado, está sendo des-

montado, não conta com mais nada. Hospitais que vinham sendo construídos estão com as obras paradas. Decisões judiciais são constantemente desrespeitadas, enfim, as ameaças são notórias”, descreveu o médico e membro do Fórum, Reinaldo Mota.

A falta de continuidade de obras – com contrapartida do governo estadual – como da nova sede do Hospital Universitário Júlio Muller (HUJM); o descumprimento das decisões liminares determinando serviços e insumos a pacientes; o desrespeito às deliberações do Conselho Estadual de Saúde; a

falta da prestação de contas dos recursos aplicados pela Secretaria de Estado de Saúde foram alguns dos problemas relatados.

Ao final, uma agenda de trabalho foi estabelecida, dentre elas a visita ao Ministério Público de Contas e o Ministério Público Federal, para buscar solução para os problemas relatados.

Carta de Maceió é redigida pela defesa do exercício da advocacia

A promoção da defesa do livre exercício profissional da advocacia, tendo em vista o papel essencial exercido pela OAB na representação dos interesses da sociedade foi a proposta da Carta de Maceió, documento produzido pelos integrantes do V Encontro Nacional de Prerrogativas, ocorrido na cidade.

O presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB-MT, André Stumpff, comentou os pontos mais cruciais do documento para a proteção do Estado Democrático de Direito e a defesa da cidadania.

“Todos os pontos têm uma grande repercussão. Porque o advogado, a advogada, conforme prevê a Constituição, é essencial à administração da justiça. E como defensor dos direitos e das garantias constitucionais a todo cidadão, a violação dessas prerrogativas é desrespeitar o próprio direito do cidadão e a cidadania”, apontou.

O respeito à presunção de inocência, especialmente depois da prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, constou do documento como meta. “Ficou bem ratificado na Carta de Maceió que a Comissão Nacional entende que o princípio da presunção de inocência deve prevalecer até o trânsito em julgado de uma sentença, e não como vem fazendo agora, com esse entendimento que é o caso do Lula, que após segunda instância já há cumprimento de sentença. A Comissão Nacional mantém o seu posicionamento contrário a essa decisão”, posicionou o advogado.

Questões específicas da advocacia, como o tratamento isonômico entre o advogado ou a advogada, o promotor, o defensor público e o juiz, por exemplo, nas unidades judiciárias é outra bandeira. Trouxe o trecho da Carta: “repudiar a discriminação que ocorre nas entradas das unidades judiciárias, contra a advocacia, mediante o emprego seletivo de detectores de metais, instando o CNJ a rever essa odiosa discriminação”

“Só os advogados passam por detector de metal, por exemplo. Promotor, juiz e defensor público não passam. Somente o advogado, mesmo quando o próprio Estatuto estabelece que não há hierarquia entre nenhum de nós”, acrescentou André Stumpff.

A tentativa de uniformizar a atuação dos órgãos que atuam na defesa das prerrogativas da advocacia em todo o país é um compromisso estabelecido no documento. “Vamos tentar buscar uma forma de que toda prerrogativa, tribunais de prerrogativa, comissões de prerrogativa em âmbito nacional, todos trabalhem sob um mesmo regime, respeitando a peculiaridade, mas com um procedimento muito próximo um do outro para poder ter uma uniformização na hora de atuar”, acrescentou o presidente do TDP.

A Carta ainda trouxe uma das principais bandeiras atuais da OAB-MT, que é a regulamentação do pagamento de honorários dativos. “Essa uma das questões que estamos em cima agora, para criação dessa tabela do pagamento administrativo dos honorários dativos. A Comissão Nacional ratifica mais uma vez que a gente tenha que regulamentar para que não tenha esse calote aos advogados dativos”, pontuou.

Confira o teor da Carta de Maceió.

Carta de Maceió (AL)

Os participantes do V Encontro Nacional de Prerrogativas, reunidos na cidade de Maceió, Alagoas, nos dias 25 e 26 de abril de 2018, na promoção da defesa do livre exercício profissional, tendo em vista o papel essencial exercido pela Ordem dos Advogados do Brasil na representação dos interesses da sociedade, propõem as seguintes ações:

- Reafirmar a defesa das prerrogativas profissionais da advocacia como mecanismo de proteção do Estado Democrático de Direito e respeito à cidadania;

- Reiterar o compromisso da advocacia brasileira com a defesa das liberdades individuais, exigindo a rigorosa observância da Constituição Federal, notadamente o respeito à presunção de inocência até o trânsito em julgado da sentença;

- Repudiar a discriminação que ocorre nas entradas das unidades judiciárias, contra a advocacia, mediante o emprego seletivo de detectores de metais, instando o CNJ a rever essa odiosa discriminação;

- Repudiar a interferência judicial e do Ministério Público sobre honorários contratuais e o aviltamento aos honorários sucumbenciais, exigindo-se respeito às disposições do artigo 85, do CPC, tanto para a advocacia pública como para a advocacia privada;

- Adotar medidas destinadas a impedir a exigência de reconhecimento de firma em instrumentos de procuração em qualquer repartição ou órgão público;

- Exigir que autoridades públicas recebam os advogados e advogadas das partes independentemente de prévio agendamento;

- Buscar a unificação de procedimentos visando a padronização na expedição e levantamento de alvarás judiciais, assegurando-se, sempre, a expedição de alvarás em nome dos advogados e advogadas;

- Reforçar e uniformizar o sistema nacional de prerrogativas, respeitadas as peculiaridades e autonomia de cada Seccional;

- Exigir o cumprimento da ordem judicial de atendimento prioritário aos advogados nas agências do Instituto Nacional de Seguridade Social;

- Lutar pela preservação dos princípios constitucionais da segurança jurídica, do devido processo legal, ampla defesa e contraditório em vista do aprimoramento tecnológico processual;

- Combater as plataformas eletrônicas que ofereçam serviços jurídicos, captando clientela de forma ilegal, além de praticar honorários aviltantes;

- Exigir urgência no julgamento das ações constitucionais propostas pela OAB perante o STF, as quais tutelam garantias fundamentais da cidadania, expressas na efetividade das prerrogativas da advocacia;

- Recomendar às seccionais que o coordenador do setor de prerrogativas ocupe cargo com status de Diretor Seccional, à semelhança do que ocorre na Seccional de Alagoas;

- Recomendar às seccionais que obtenham perante o Poder Público a regulamentação por lei do pagamento dos honorários da advocacia dativa;

Maceió, 26 de abril de 2018.

GT avança para inclusão de imigrantes em programas sociais

O Grupo de Trabalho criado por membros da sociedade civil organizada e por alguns órgãos públicos para adoção de estratégias de suporte aos estrangeiros que estão chegando ao Estado, idealizado pela OAB-MT, pontuou medidas a serem adotadas, durante a última reunião ocorrida no dia 25 de maio. Dentre elas está a inclusão dos imigrantes no Programa Pró-família, criado para amparar pessoas em situação de vulnerabilidade.

“Esse programa pode contribuir na questão da alimentação. Se já foi atingida a meta para Cuiabá, podemos solicitar a ampliação de meta para atender a esse público nessa condição peculiar”, explicou a representante da

Secretaria Municipal de Assistência Social, Marlene Anchieta, informando que a inclusão necessita de uma solicitação à Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas).

A viabilização de espaços para centralizar o cadastramento e o atendimento dos estrangeiros que estão chegando a Cuiabá, sobretudo para inseri-los nos programas de assistência, é outra preocupação do grupo levada às autoridades. A intenção é abrir uma sala de apoio na Casa dos Conselhos da Capital.

O suporte aos moradores temporários da Casa do Migrante, onde a capacidade máxima é de 110 pessoas, também entrou na pauta, sobretudo para a



disponibilização de um profissional de assistência social para estar no local. A possibilidade de profissionais liberais que cumprem pena com prestação de serviços também foi aventada para atender aos imigrantes no local, sobretudo na assistência à saúde.

O presidente da Comissão de Cultura e Responsabilidade Social da OAB-MT, José Rodrigues, reforçou a importância de chamar a Secretaria Municipal de Educação para compor o grupo e contribuir com aulas de língua portuguesa. Dessa forma, facilitaria na questão do acesso a vagas de emprego. “O português é extremamente estratégico para que haja a intermediação na questão do trabalho, da qualificação de

mão de obra”, pontuou.

A necessidade de acionar o Ministério do Desenvolvimento Social para o recebimento de recursos específicos ao auxílio de imigrantes nos municípios foi tratada pelo grupo. A representante da Setas, Marli Gonçalves, explicou que, embora Cuiabá não esteja cadastrada no programa criado para esse fim, pode produzir um projeto para a solicitação de recursos, que será analisado em Brasília.

Todas as medidas solicitadas foram oficiadas pela OAB-MT à prefeitura de Cuiabá e ao governo de Mato Grosso para serem providenciadas.

A iniciativa de criar um Grupo multidisciplinar, formado por entidades governamentais e da sociedade civil or-

ganizada, partiu depois que grupos de venezuelanos começaram a chegar à Capital em total desestrutura. Já são mais de 80, além de mais de 5 mil haitianos que já vieram para Mato Grosso, conforme os últimos dados oficiais (ainda de 2016). Eles têm sido socorridos na Casa do Migrante, que é mantida pela Arquidiocese de Cuiabá com a ajuda de parceiros.

O foco do Grupo de Trabalho é oportunizar vagas de emprego e melhores condições de vida aos imigrantes que estão chegando ao Estado. A proposta é, através das atribuições de cada um dos envolvidos, contribuir para que barreiras como a língua estrangeira e a documentação, por exemplo, sejam mi-

nimizadas para que possam se estabelecer com dignidade no país.

A Casa do Migrante é de permanência provisória, com o período máximo de 90 dias. Conforme os representantes da Arquidiocese de Cuiabá, o espaço está com lotação máxima – 110 pessoas –, sobretudo com a recente chegada de venezuelanos.

Participam do Grupo, além das entidades já citadas, representantes da Federação das Indústrias de Mato Grosso, da Defensoria Pública, da Federação do Comércio, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, do Sistema Nacional de Emprego – ligado à Setas – e da Organização de Suporte das Atividades dos Migrantes no Brasil (Osamb).

OAB-MT pede ao município vagas imediatas

Na tentativa de sensibilizar o Poder Público municipal de Cuiabá sobre a vulnerabilidade dos imigrantes que chegam periodicamente à cidade, a OAB-MT solicitou que as vagas que estão sendo abertas de imediato para serviços gerais pelo município possam ser ocupadas por haitianos e venezuelanos. O pedido foi feito ao procurador-geral de Cuiabá, Luiz An-

tônio Possas de Carvalho em maio.

O presidente da Comissão de Direito Carcerário da OAB-MT, Waldir Caldas, tomou conhecimento da abertura imediata de 800 vagas pela prefeitura de Cuiabá para realização de serviços como pintura de meio-fio, limpeza de canteiros, dentre outros. Tendo em vista a constante chegada de estrangeiros à cidade, sobretudo

de haitianos e venezuelanos mais recentemente, sua inserção no mercado formal de trabalho garantiria melhores condições para que se estabeleçam com dignidade na região.

O reforço sobre a necessidade de respeitar os critérios para contratação foi feito pela OAB-MT. “Tendo a informação de que a Prefeitura Municipal de Cuiabá tem a demanda

para imediata contratação de pessoas para serviços gerais, a OAB-MT solicita a análise para ocupação dessas vagas pelos migrantes, respeitando-se os critérios estabelecidos para contratação desses homens e mulheres”, trouxe o pedido, sugerindo a participação de outras entidades que estão acompanhando os estrangeiros na chegada à cidade.



OAB-MT reitera pedido de celeridade e cobra respostas à sociedade

No dia 11 de maio completou um ano que a população de Mato Grosso se estarreceu com a revelação de um esquema de interceptações telefônicas ilegais orquestrado no Estado. Desde então, o povo mato-grossense vive a incerteza de quem e quantas pessoas tiveram seus sigilos telefônicos violados de maneira criminosa.

Diante da situação, a OAB-MT reiterou ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Mauro Campbell – responsável pela condução do inquérito –, o pedido de celeridade e desmembramento do processo e ainda solicitou o levantamento do sigilo processual para garantir a transparência necessária para a sociedade.

Por meio de um esquema conhecido como “barriga de aluguel”, no qual os números foram inseridos indevidamente em processos de investigação de tráfico de drogas para obter autorização judicial da quebra de sigilo, dezenas de pessoas tiveram seus telefonemas pessoais e profissionais grampeados.

“Durante todo este ano, estamos

vendo como essa situação tem afetado a vida das pessoas. O clima de desconfiança, incerteza e os inúmeros prejuízos profissionais e sociais decorrentes desta gravíssima denúncia alteraram a qualidade de vida de muitos mato-grossenses”, comentou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Após a denúncia vir à tona em meio a uma reportagem para um programa de televisão, foi iniciado um processo de sindicância para apuração dos fatos. Quatro meses depois, o ministro Mauro Campbell converteu a apuração em inquérito, avocando para o STJ a competência de, pelo menos, seis investigações que tramitavam no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), sendo que uma delas estava prestes a ser concluída.

Os fatos noticiados dão conta do envolvimento de militares e servidores públicos acerca de uma série de atos ilícitos, desde fraude no protocolo da denúncia inicial, passando pelas interceptações, até obstrução da Justiça.

Ao longo de quase um ano, houve apenas o desmembramento do Inquérito

Policia Militar (IPM), que chegou à fase de oitiva das testemunhas, possibilitando a elucidação de alguns fatos.

Conforme a legislação, somente devem tramitar no STJ as investigações envolvendo pessoas com foro por prerrogativa de função.

“Ainda que seja possível para qualquer cidadão fazer o acompanhamento processual da investigação, o que a sociedade realmente precisa são respostas eficazes que permitam às vítimas tomarem as devidas providências”, explicou Leonardo Campos.

Assim, ao reiterar o pedido ao relator do inquérito no STJ, a OAB-MT questiona a possibilidade de levantamento do sigilo processual, a fim de que os cidadãos mato-grossenses possam buscar a reparação de seus direitos violados, tendo em vista que dezenas de pessoas foram nacionalmente expostas e vivenciam prejuízos em função disto, e também tenham uma noção da dimensão deste escândalo.

Foram grampeados telefones de advogados, jornalistas, servidores públi-

cos, políticos, médicos, agente funerário, entre outros. Durante o levantamento no âmbito do TJMT, chegou-se à estimativa de que desde 2014, quando datam as primeiras denúncias sobre quebra de sigilo ilegal, cerca de 70 mil interceptações telefônicas tenham sido realizadas em Mato Grosso. No entanto, ainda não se sabe ao certo quem foram os alvos.

Desde que o escândalo veio à tona, a OAB-MT vem acompanhando atentamente o caso e cobrando as medidas cabíveis das autoridades competentes. Inclusive, a entidade foi autora de notícias-crime que motivaram as investigações por parte do TJMT. Desta forma, também foi solicitada uma audiência com o ministro Mauro Campbell para discutir a situação.

“É necessário que se cesse esse sentimento de impunidade que tomou conta da população de Mato Grosso escândalo após escândalo. Neste caso, estamos falando de uma situação gravíssima, de violação de direitos individuais própria das mais nefastas ditaduras”, finalizou o presidente da OAB-MT.

Estado apresenta proposta para pagamento da advocacia dativa

Luta antiga da OAB-MT, que se estende por mais de duas décadas, a busca de uma solução administrativa para o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) à advocacia dativa foi um dos temas da reunião do presidente da entidade, Leonardo Campos, com o secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso, Rogério Gallo, em 17 de maio.

A OAB-MT cobrou um posicionamento do Estado sobre a forma e o cronograma de pagamento das RPVs, bem como o percentual destinado para os débitos relativos aos honorários dos advogados e advogadas nomeados como dativos.

Durante a reunião, que também contou com a participação do conselheiro estadual da OAB-MT e presidente da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios, Fernando Figueiredo, Rogério Gallo garantiu que foi estabelecido um fluxo para o pagamento mensal das RPVs.

De acordo com ele, todos os meses a Sefaz repassa aproximadamente R\$ 500 mil para a Procuradoria-Geral do Estado (PGE-MT) a fim de realizar os pagamentos das requisições.

Atualmente, o passivo total do Estado com a advocacia dativa está em torno de R\$ 40 milhões. No entanto, o

montante que será repassado mensalmente deve ser suficiente, segundo estimativa do secretário, para arcar com as despesas referentes às RPVs relativas a honorários advocatícios.

Além disso, o Estado apresentará à OAB-MT um projeto de lei para regulamentação do pagamento administrativo aos advogados e advogadas nomeados como dativos. A proposta deverá ser avaliada pela entidade antes de ser submetida à apreciação do Legislativo.

Mato Grosso ainda é um dos únicos estados do país que não dispõem de uma solução administrativa para o pagamento de dativos. Hoje, o pro-

fissional nomeado como dativo, após receber a certidão judicial, precisa ingressar com o processo de execução e, posteriormente, apresentá-lo à PGE-MT para conversão em precatório ou RPV, conforme o valor da causa.

“Há mais de 21 anos a OAB-MT vem buscando esta solução. Mato Grosso precisa avançar nesta questão tendo em vista sua grande dimensão e o crescente número de processos. A remuneração da advocacia dativa é uma questão de urgência, estamos falando de verba alimentar, de pagar o trabalho prestado para preencher as lacunas do Estado”, destacou Leonardo Campos.

Presidente da OAB destaca atuação essencial da Defensoria em nova sede

Para levar o apoio da OAB-MT, o presidente Leonardo Campos participou, no dia 18 de maio, da inauguração da nova sede da Defensoria Pública do Estado, em Cuiabá. Na ocasião, reforçou a importância de, a partir das novas instalações, o órgão retomar a expansão de sua atuação no interior do Estado e, desta forma, garantir o acesso à justiça à população hipossuficiente.

“A Defensoria, enquanto ente essencial à administração da justiça, conta com todo o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil. Precisamos, a partir de agora, com o novo espaço, retomar e reabrir as unidades da Defensoria que foram fechadas no interior. A Defensoria é a advocacia daquele que está à margem na sociedade e tem apenas um suspiro de esperança através de um defensor por seu direito”, comentou Leonardo Campos.

O presidente mencionou haver o compromisso do atual governo de equacionar os problemas financeiros e orçamentários da Defensoria Pública e retomar seu crescimento no interior. Em seu dis-

curso, lembrou que os quadros da Procuradoria Geral do Estado foram incrementados, “mas não como um elemento de despesa, mas sim como um investimento na defesa de nosso maior patrimônio”, comparou.

Leonardo Campos dirigiu-se ao governador Pedro Taques e pediu: “da mesma forma, esperamos essa sensibilidade para que possamos equacionar os problemas da Defensoria, retomar a sua ampliação

no Estado e universalizarmos a Defensoria”, acrescentou. O presidente compareceu à cerimônia de inauguração acompanhado da defensora pública e conselheira estadual da OAB-MT, Juliana Salvador.

Hoje, atuam em Mato Grosso 190 defensores públicos. Conforme o governo do Estado, o déficit é de 55 profissionais para que haja ao menos um profissional atuando em cada comarca. “A Defensoria é mui-

to importante para a consolidação da democracia. É uma conquista a mudança para este prédio novo. Estamos trabalhando para que os núcleos que foram fechados possam reabrir e superarmos o momento de dificuldade”, declarou o governador.

O defensor-geral de Mato Grosso, Silvio Jefferson Santana, agradeceu o trabalho de parceria realizado entre a OAB-MT e a Defensoria Pública. “Saiba que nós, da Defensoria Pública, sabemos que, defensores e defensoras, temos que trabalhar harmonicamente com a OAB e temos consciência de que a defensoria dativa não pode deixar de existir. Agradeço ao senhor de público o apoio incondicional que tem dado à nossa Casa”, discursou.

A atual sede da Defensoria Pública de Mato Grosso está cedida pelo governo federal ao Estado pelo período de 20 anos. No local, funcionava o Tribunal de Contas da União, no Centro Político Administrativo. A Defensoria ainda manterá alguns serviços, como a Corregedoria, nas antigas instalações e atenderá também em outra unidade, localizada na avenida Rubens de Mendonça.



Órgãos ambientais precisam de melhor aparelhamento para licenciar

A necessidade de um melhor aparelhamento dos órgãos de licenciamento ambiental para trazer segurança jurídica aos empreendedores no país, sem afastar a necessidade da conduta sustentável e preservacionista, foi o alerta feito pelo presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, ao participar do Seminário promovido pelo setor no dia 25, em Cuiabá. Ele foi o presidente da mesa que debateu o tema “Segurança Jurídica para o Desenvolvimento” no Seminário “A Multidisciplinaridade do Agronegócio e os Reflexos no Sistema Judicial”, realizado pelo Sistema Famato.

“O tema desse painel nós já debatemos há muito tempo. Inclusive foi razão de um seminário que originou um livro chamado Segurança Jurídica para Empreender. Hoje, nós precisamos obrigatoriamente falar em desenvolvimento sustentável, mas, também em segurança jurídica para empreender. Obviamente que não estamos aqui pregando o afastamento do Poder Judiciário, de forma alguma. Para a OAB é incompatível tal discurso. Mas quem tem que decidir sobre licenciamento ambiental, por exemplo, é o órgão licenciador, e não o Poder Judiciário, e

não o Ministério Público, com todas as vênias e respeito que temos por essas instituições”, comentou o presidente.

A necessidade de mais capacitação dos servidores que atuam nas esferas municipal, estadual e federal no licenciamento dos empreendimentos ambientais foi abordada por Leonardo Campos, tendo em vista a demora que um processo que requer tal medida costuma levar para ter uma decisão.

“Hoje, é uma realidade clara: temos servidores com receio, para não dizer medo, de assinar as licenças. Ora, estamos falando de um recurso natural que é finito, mas pode ser usado aliado à sustentabilidade e à preservação ambiental para as futuras gerações. E, para isso, precisamos ter fortalecido o processo do órgão licenciador, as pessoas do órgão licenciador. Precisamos evoluir e não podemos admitir licenciamento ambiental tramitando até 5 anos nós órgãos ambientais sem uma resposta àqueles que buscam desenvolver o seu negócio”, ponderou Campos.

O painel teve como principal palestrante o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luis Felipe Salomão, que apresentou circunstâncias e julgados



do STJ a respeito de causas do Direito privado – sua área de atuação no órgão. Mencionou o universo de processos que tramitam no país na atualidade, 30 milhões de novas causas, com uma taxa de congestionamento de 70% delas. “Temos um processo para cada dois habitantes no país. E quanto mais processo houver, mais dispersão dessas causas, e isso gera

a insegurança jurídica”, pontuou.

A debatedora foi a desembargadora Helena Bezerra Ramos, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Ela sugeriu ao representante do STJ a atualização do Estatuto da Terra, por julgar que, embora ainda da década de 1960, tenha a norma 90% de aproveitamento para as questões do agronegócio, em sua opinião.

Titular da Sema procura OAB-MT em busca de trabalho compartilhado

A reciprocidade na colaboração em prol da política ambiental de Mato Grosso foi o tom da reunião realizada entre membros da OAB-MT e o novo secretário de Estado de Meio Ambiente (Sema), André Torres Baby, e equipe realizada no início de maio, na sede da Ordem.

“A OAB tem um histórico de ajuda na construção da política ambiental em Mato Grosso. Posso citar o ‘MT Legal’, várias coisas que estão no Código Florestal que foram contribuições nossas. O próprio Jurídico da Sema não há o que se falar de nosso relacionamento, que é muito bom. A relação sempre foi de parceria, prova disso é que as reuniões do Pleno do Conselho Estadual do Meio Ambiente



ocorrem na OAB desde 2004”, pontuou o presidente Leonardo Campos.

O secretário disse que procurou a entidade para apresentar a equipe nova e dizer que a Sema vive um momento

diferente, de buscar associar-se a instituições para produzir uma gestão compartilhada nas questões ambientais. “Até porque quando se fala da questão ambiental, em Mato Grosso as coisas são diferentes. A ideia é uma dinâmica de construtivismo, uma ajuda para construir os atos e as normativas nessa área com as instituições comprometidas”, comentou.

A reunião teve a participação dos membros da Comissão de Meio Ambiente da OAB-MT. A presidente Mauren Lazzaretti aproveitou para já convidar o secretário e a parceria da Sema para realização do Congresso de Direito Ambiental, que está sendo formatado para o mês de agosto.

“Queremos debater temas bastante práticos, como o reflexo da decisão do STF acerca das ADINs contra o Código Florestal, e contamos com sua participação. Além disso, a Comissão é bastante ativa e podemos construir uma agenda positiva para discussão de temas relevantes para advocacia e para a sociedade como, por exemplo, a APF - Autorização Provisória de Funcionamento -, assunto que já está na pauta da Comissão e da Sema”, mencionou a advogada.

Outro tema tratado foi a inclusão da OAB-MT no Conselho Estadual de Pesca (Cepesca). Uma nova agenda de reuniões foi estabelecida entre os membros da Ordem e a equipe da Sema. Ainda integraram o encontro o diretor-tesoureiro da OAB-MT, Helmut Daltro, a vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, Renata Viviane da Silva, e o secretário-geral, Fabrício Renann Pasto Pavan.

Campanha propõe reflexão sobre atual legislação

Cerca de 300 pessoas participaram do lançamento da Campanha Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Sorriso, no dia 11 de maio, quando o evento foi realizado pela primeira vez no interior. A ação foi promovida pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (Cedca/MT), a Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT e a Prefeitura de Sorriso.

“A OAB-MT, enquanto representante da sociedade civil organizada, tem um papel fundamental na discussão dessas questões, uma vez que temos que olhar para os pequenos e sermos os ouvidos daqueles que não conseguem ouvir, sermos os olhos daqueles que não conseguem enxergar a ameaça de um agressor e a boca daqueles que muitas vezes se sentem oprimidos e não conseguem fazer a denúncia, por isso a Ordem propõe uma ampla reflexão, inclusive sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no que pertine à sua atualização para o momento atual e é a partir de eventos como este que conseguimos produzir esse debate para alterar a legislação em vigor”, ressaltou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Voltado especialmente para as pessoas que atuam na rede de enfrenta-



mento à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes, a presidente da CIJ e secretária-geral do Cedca/MT, Tatiane de Barros Ramalho, destacou a importância da ação, que contou com a participação de conselheiros tutelares, professores, policiais militares, assistentes sociais, entre outros.

“Pensamos em palestras direcionadas para estas pessoas que lidam, no dia a dia, com o enfrentamento a este sério problema. Por isso, tivemos um evento bem marcante e que, certamen-

te, será revertido em ações de prevenção”, comentou a advogada.

Além da palestra magna do procurador titular da Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente, Paulo Prado, o lançamento também foi composto por uma série de mesas de debate sobre paradigmas da violência sexual, possibilidade de influência do abuso sexual e a efetividade no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Dia Nacional de Combate ao Abu-

so e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - 18 de maio - marca a data em que, no ano de 1973, na cidade de Vitória (ES), um crime bárbaro chocou todo o país. Foi quando a menina Araceli, de apenas oito anos de idade, que teve todos os seus direitos humanos violados, foi raptada, estuprada e morta por jovens de classe média alta daquela cidade. Nessa data, todo o Brasil se mobiliza para sensibilizar a sociedade a participar da luta em defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Em reunião na OAB-MT, Conjuv aprova regimento interno

A OAB-MT recebeu a reunião do Conselho Estadual da Juventude (Conjuv/MT) que marcou a aprovação de seu Regimento Interno. O documento, aprovado por unanimidade no dia 7 de maio, seria publicado no Diário Oficial do Estado.

Vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas), o Conjuv/MT foi instituído pela Lei 10.364/2016 e tem como competências elaborar o Plano Estadual da Juventude; estudar, analisar, elaborar, discutir e propor políticas públicas que permitam e garantam a integração e a participação do jovem nos proces-

sos social, econômico, político e cultural, entre outras.

Representante da OAB-MT no

Conjuv/MT, Vinícius Kenji Tanaka explicou que, agora, com a aprovação do Regimento Interno, o conselho

passa ter autonomia para o desenvolvimento de suas atividades.

A OAB-MT, que possui assento permanente no Conjuv/MT, tem participado constantemente da elaboração de uma série de ações voltadas para a juventude mato-grossense e para a jovem advocacia, a exemplo do projeto realizado junto à MT Fomento, Advocacia Empreendedora.

Presidente da Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) da OAB-MT, Mário Neto destacou a importância do conselho e do debate constante para o fomento das políticas públicas da juventude.



Presidentes de subseções vão ao TJ em razão da insuficiência de servidores e juízes

A insuficiência de servidores técnicos e juízes, entre outras questões, em comarcas do interior provocou nova visita de representantes da advocacia do Estado ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) no dia 9 de maio, em busca de soluções práticas. Acompanhados do presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, os presidentes das subseções de Peixoto de Azevedo, Colíder e Barra do Garças conversaram com o juiz auxiliar da Presidência do TJMT, João Thiago Guerra.

No mesmo mês, a Corregedoria de Justiça de Mato Grosso visitaria a comarca de Colíder. Na ocasião, conforme o presidente da subseção da OAB-MT na cidade, Ricardo Zeferino Pereira, seriam esperadas algumas respostas em relação aos pleitos apresentados, que dizem respeito à lotação de servidores nas varas de Nova Canaã e Itaúba, além de juiz. “A resposta que tivemos foi que, com a ida da Corregedoria, seria averiguada a questão orçamentária e verificadas possíveis soluções”, explicou.

O volume de 14 mil processos existentes na vara única de Guarantã do Norte – já que uma das duas varas está desativada em função da falta de magistrado – está mais de quatro vezes acima do que o recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça para cada juiz (3 mil). “É muito maior

do que o volume de processos de algumas comarcas de segunda entrância”, acrescentou o presidente da subseção de Peixoto de Azevedo, Marcus Augusto Giraldo Macedo.

Em Matupá, município que também integra a subseção, existem sete vagas para técnico judiciário e três, para analista, com apenas dois técnicos e um analista atuando. O pedido é para a lotação dos servidores nas vagas ociosas. “Obtivemos a resposta da restrição orçamentária”, disse Macedo.

Quanto a Peixoto, o presidente explicou que cobrou as providências já apresentadas por outras três vezes ao TJMT, uma delas, pessoalmente ao presidente Rui Ramos, que dizem respeito à reativação da segunda vara na comarca e a necessidade de construção de um novo fórum. “A corregedora, quando esteve lá, viu que chove mais dentro do que fora da estrutura. O computador dela foi atingido pela água dentro de uma das salas”, pontuou.

Desde o dia 14 de maio, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi implantado em Peixoto, fato que mobilizou a sociedade civil organizada na cidade, tendo em vista que a capacidade de internet da Justiça não comporta toda a tramitação via digital. Uma audiência pública na Câmara Municipal foi realizada no dia de maio, mobilizada pela OAB Peixoto, para solicitar que providên-



cias fossem tomadas de forma a não prejudicar os usuários da Justiça na cidade.

“Tivemos um retorno do TJMT em relação a isso, pelo menos, de que a obrigatoriedade do PJe só começará a valer dentro de 90 a 120 dias, prazo em que deve ser aumentada a capacidade de internet que estamos esperando, para 8 Mb dedicado. Foi um compromisso firmado pelo Tribunal. Inclusive, a sociedade de Peixoto está fazendo um abaixo-assinado para ser entregue ao TJMT cobrando os compromissos assumidos com a comarca”, relatou o presidente. Ele também informou que a população está temerosa de que, com a expiração do último concurso público da Justiça em agosto próximo, os servidores

que são aguardados no município não sejam nomeados até lá.

Em Barra do Garças, de acordo com o presidente da Subseção da OAB-MT, Leonardo André da Mata, as questões são semelhantes: a necessidade de elevação de entrância para Especial; a reforma e construção do Fórum e a designação de juízes para segunda e terceira varas cíveis. “O Tribunal se comprometeu em dedicar atenção aos pedidos, comemorarmos o fato de que a Ordem de Serviço para reforma e ampliação do fórum já foi assinada e a empresa responsável já começa a mobilização para início das obras. Essa é uma boa notícia que levaremos”, finalizou.

Presidente participa de eventos da OAB no norte de MT

A solenidade de entrega de certidões realizada pela Subseção de Lucas do Rio Verde da OAB-MT, no dia 18 de maio, foi marcada pela presença do presidente da seccional, Leonardo Campos, e de membros da Comissão de Direito Civil e Processo Civil, Luciana Póvoas e Luciano Pinto. Estes proferiram uma palestra sobre o tema afeto à Comissão.



Leonardo Campos ainda integrou, após a solenidade, uma reunião com a diretoria da Subseção para dar respostas sobre questões levantadas durante a visita de membros da direção da OAB-MT ocorri-

da em março à cidade.

No sábado foi a vez de o presidente prestigiar a Feijoada da Cojad (Comissão da Jovem Advocacia) de Sinop, que já se tornou um evento certo no calendário festivo da Subse-

ção da OAB-MT. A feijoada reuniu diversos profissionais da advocacia do norte do Estado.

Para o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, a qualidade e a hospitalidade promovida pela subseção mostra a força da advocacia da região. “Estou muito honrado em mais uma vez fazer parte desta festa linda com pessoas tão especiais. Sinop vem se mostrando, cada dia

mais, uma região de peso e de oportunidades. Quero dar meus parabéns para toda a organização do evento que, como sempre, está maravilhoso”.

O presidente da OAB Sinop, Felipe Guerra, aproveitou para agra-

decir o apoio e a presença dos representantes da seccional nos eventos da cidade. “Para nós é sempre uma honra receber e conviver tão perto das nossas lideranças. É nesses momentos que temos a oportunidade de fazer amigos, saindo apenas da convivência profissional e nos aproximando enquanto categoria”, reforçou.

A presidente da Comissão do Jovem Advogado de Sinop, Mayara Weirich, destacou que todo o evento é feito com o objetivo de recepcionar e trazer mais qualidade nas relações entre os advogados, principalmente os da jovem advocacia.

“Queremos que o jovem advogado, assim como todos, se sinta acolhido na Ordem. Temos a grata satisfação de ter a presença de tantas pessoas importantes para nós, unidas e confraternizando”, reforçou a advogada.

Belas paisagens e organização marcam primeira edição do Pedal Legal no Pantanal

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realizou, no dia 26 de maio, mais um evento que promete entrar para o calendário esportivo regional e nacional da advocacia. O Pedal Legal – mesmo diante da crise dos combustíveis gerada pela greve dos caminhoneiros em todo o País – reuniu cerca de 100 participantes que percorreram trechos de uma das mais belas estradas de Mato Grosso: a Transpantaneira, em Poconé (MT).

Além de capivaras, jacarés, tuiuiús e de uma flora exuberante e única, o que se viu ao longo do passeio ciclístico foi muita alegria e superação. Sob um Sol típico do Centro-Oeste, advogados, estagiários e público geral puderam optar por trajetos totais (ida e volta) com 20, 40 ou 60 quilômetros.

“A Caixa dos Advogados de Mato Grosso realizou um sonho antigo das Caixas de Assistência, dando um show de organização. Espero que este seja o primeiro de muitos Pedais Legais. Agradeço a todos os inscritos que acreditaram no nosso projeto e estão aqui hoje, mesmo com essa dificuldade toda de combustível, para curtir essa maravilha. A advocacia tem a oportunidade de conhecer esse lugar mágico. Tenho certeza que esse dia ficará registrado em nossas memórias”, declara o presidente da Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad) e presidente da

Caixa dos Advogados do Distrito Federal, Ricardo Peres.

O presidente da CAA/MT, Itallo Leite, agradeceu a parceria com a Concad e OAB Mato Grosso na realização do passeio ciclístico. “Sem a colaboração da Concad e da OAB Mato Grosso e da equipe do Ultramacho, nada disso seria possível. O evento foi sucesso. Nota 10. Aproveito aqui para agradecer à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Detran, Prefeitura de Poconé, Pantanal Mato Grosso Hotel, Comercial Uemura, Casa Prado e Águas Lebrinha pelo apoio. Sem sombra de dúvidas, em 2019, realizaremos a segunda edição do Pedal Legal”.

Além de ciclistas de Cuiabá, a organização da prova registrou a inscrição de pessoas dos municípios de Chapada dos Guimarães, Poconé, Dom Aquino, Várzea Grande, Nobres, Jangada, Sinop e Lucas do Rio Verde. O Pedal Legal teve também participantes dos estados de Roraima, Espírito Santo, Tocantins, Piauí e do Distrito Federal.

“Participar do Pedal Legal foi bom demais. Tudo perfeito”, relata o advogado Gustavo Peres que optou pelo trajeto de 20 quilômetros. Para o ciclista Luiz Eduardo da Silva, que percorreu 60 quilômetros, tão boa quanto a organização do evento foi a paisagem do local escolhido para a realização da prova. “Lindo demais”.

Se para o Gustavo e o Luiz Eduardo



a organização e a paisagem foram os pontos altos do passeio, para a Eliane Guedes, eles foram o combustível necessário para que ela superasse seus limites. Emocionada ao cruzar a linha de chegada, ela revelou que estava há 15 dias praticando o ciclismo. “Eu me inscrevi para pedalar 20 quilômetros, mas fui além, completei o percurso mais longo do Pedal que era o de 60 quilômetros. Estou muito emocionada e feliz por essa conquista”.

Marcam presença ao evento esportivo nacional o vice-presidente da Concad e presidente da Caixa dos Advogados do Espírito Santo, Carlos Alledi; o secretário-geral da Caixa dos Advogados

do Distrito Federal, Maxmilian Patriota Carneiro; o diretor-tesoureiro da Caixa dos Advogado do Paraná, Alessandro Panasolo. A OAB Mato Grosso esteve representada por seu diretor-tesoureiro, Helmut Flávio Preza Daltro, pela secretária-geral adjunta e presidente da Comissão da Mulher Advogada, Gisela Cardoso; pelo conselheiro estadual Eduardo Marques Chagas, e pelo presidente da OAB/Sinop, Felipe Guerra. Já a CAA/MT, além de seu presidente, fez-se presente com a vice-presidente, Xênia Guerra; o diretor-tesoureiro, Leonardo de Mesquita Vergani; e pelo secretário-geral adjunto, José Luiz de Aguiar Bojikian.

Campanha estadual de vacinação percorre todas as subseções da OAB-MT



Pelo terceiro ano consecutivo, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realiza a campanha estadual de vacinação contra o vírus da gripe em todas as 29 subseções da OAB-MT. A ação foi iniciada no dia 10 de maio, beneficiando advogados(as) e estagiários(as) adimplentes com a Ordem e seus dependentes (cônjuges e filhos). Ao todo, serão aplicadas, ao término da campanha, 1.400 doses da vacina tetravalente.

“Ainda que o momento seja difícil e a procura maior do que é possível atender, a Caixa dos Advogados não optará pela omissão. Mesmo com a falta de doses disponíveis no mercado, continuaremos com nossa campanha estadual de vacinação, percorrendo todas as 29 subseções da OAB-MT com o que dispomos.

Infelizmente, os laboratórios responsáveis pela fabricação das doses, ainda hoje, passados meses dos registros dos primeiros casos, não conseguem atender à demanda quer seja da rede pública de saúde quer seja da particular. Mas a diretoria está envidando esforços para a obtenção de novos lotes junto aos laboratórios”, explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

Além de Cuiabá, a vacinação foi disponibilizada em Várzea Grande, Cáceres, Campo Verde, Paranatinga, Poxoréu, Rondonópolis, Alto Araguaia, Jaciara, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Peixoto de Azevedo, Colíder, Alta Floresta, Primavera do Leste, Tangará da Serra, Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa, Canarana e Vila Rica. A campanha será finalizada no começo de junho.

Ingressos para 3º Arraiá da Advocacia já estão à venda

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) já está vendendo ingressos para o 3º Arraiá da Advocacia. Neste ano, a comercialização será feita em dois lotes, o primeiro iniciado em 05 de junho. A festa junina será no dia 22 de junho, a partir das 19h30, no Estacionamento dos Ad-

vogados, em Cuiabá.

Advogados e estagiários poderão adquirir convites individuais ou comprar mesas com quatro ou seis lugares. A venda é feita somente na sede da CAA/MT, em prédio anexo à OAB-MT, no Centro Político e Administrativo. Serão aceitos pagamentos em dinheiro, cartão de débito e crédito.

Como em anos anteriores, no valor do ingresso já está incluso o jantar com comidas típicas e acesso liberado ao Espaço Kids. Bebidas e itens oferecidos pelas barracas deverão ser comprados à parte.

As atrações musicais ficam por conta do Forró Zabumba Beat e da dupla sertaneja Denner & Douglas.

AGENDA DE EVENTOS CAA/MT * Programe-se!

22/06
3º Arraiá da Advocacia

16 a 20/07
12ª Colônia de Férias da CAA/MT

26 a 28/07
2º Jogos da Advocacia

25/08
3ª Corrida Kids

26/08
VI Corrida da Advocacia

Confira os valores dos ingressos individuais e de mesas por lotes:

O 1º lote de ingressos e mesas tem os seguintes valores válidos de 05 a 14/06

Convite individual

R\$ 40,00 para advogados e estagiários adimplentes / R\$ 80,00 para demais profissionais da advocacia
Mesa com 4 lugares - R\$ 120,00 para advogados e estagiários adimplentes / R\$ 320,00 para demais profissionais da advocacia
Mesa com 6 lugares - R\$ 180,00 para advogados e estagiários adimplentes / R\$ 480,00 para demais profissionais da advocacia

O 2º lote de ingressos e mesas tem os seguintes valores válidos de 15 a 22/06

Convite individual

R\$ 60,00 para advogados e estagiários adimplentes / R\$ 80,00 para demais profissionais da advocacia

Mesa com 4 lugares

R\$180,00 para advogados e estagiários adimplentes / R\$ 320,00 para demais profissionais da advocacia

Mesa com 6 lugares

R\$ 300,00 para advogados e estagiários adimplentes / R\$ 480,00 para demais profissionais da advocacia

3º

ARRAIÁ DA ADVOCACIA

VEM AÍ!!!

22|JUNHO|2018

NO ESTACIONAMENTO DOS ADVOGADOS

HORÁRIO: 19H30

APORO: **OAB MATO GROSSO**

REALIZAÇÃO: **CAAMT**
Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso

Ordem pede e TJMT regulamenta processo eletrônico em cumprimento ao CPC

Atendendo ao pedido da OAB-MT, por meio da Comissão de Direito Eletrônico (Codel), o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) editou resolução que assegura o cumprimento do estabelecido no Código de Processo Civil (CPC) no que diz respeito ao Recurso de Agravo de Instrumento.

De acordo com o parágrafo 5º do artigo 1.017 do CPC, sendo eletrônicos os autos do processo principal, dispensam-se as peças referidas nos incisos I e II do caput, facultando-se ao agravante anexar outros documentos que entender úteis para a compreensão da controvérsia.

Contudo, em diversos despachos do TJMT vinha sendo solicitada a juntada dos documentos dispensados pelo referido dispositivo. Isso acontecia porque no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) apenas a unidade jurisdicional em que o processo tramita é dotada de permissão para acessá-lo, dependendo, portanto, da

liberação do magistrado de 1ª instância ao desembargador relator do agravo de instrumento.

Após a análise do pedido feito pela OAB-MT, o TJMT editou a Resolução TJ-MT/TP n. 03/2018 regulamentando o PJe no âmbito das 1ª e 2ª instâncias do Poder Judiciário de Mato Grosso, que destaca, em seu artigo 53, que para fins de cumprimento do estabelecido no parágrafo 5º do artigo 1.017 do CPC, poderá ser concedido ao desembargador relator permissão de visualização dos autos, encaminhando ofício ao juiz de origem para implementação da visualização.

Presidente da Codel, Gonçalo Adão destaca que a medida é de suma importância, gerando maior facilidade e permitindo ao desembargador acessar livremente os autos na origem e atendendo o anseio da advocacia, uma vez que não havia necessidade qualquer de juntar outras peças processuais no pedido de Agravo de Instrumento em autos eletrônicos.



OAB Diamantino sediará Colégio de Presidente e Delegados em junho

Nos dias 14 e 15 de junho, no município de Diamantino se transformará na capital da advocacia mato-grossense. Uma das subseções mais antigas do Estado sediará, pela primeira vez, o V Colégio de Presidentes da OAB-MT e

Delegados da Caixa de Assistência de Mato Grosso (CAA/MT).

A interiorização da OAB-MT é um compromisso da gestão que, desde o início, tem realizado ações nos mais diversos municípios. Os colégios de presidentes, além de

proporcionar a integração entre a classe e traçar um panorama da situação vivenciada pelos profissionais de cada região, movimentam a economia do município que o sedia e das cidades vizinhas.

Já sediaram o Colégio de Presi-

dentes e Delegados as subseções de Barra do Garças, Mirassol D'Oeste, Nova Mutum e Peixoto de Azevedo.

Durante o evento são discutidas as dificuldades e diretrizes da advocacia para o período subsequente, levando em consideração as peculiaridades de cada região em meio ao debate de soluções para os problemas enfrentados pelos profissionais de todo Mato Grosso.

De acordo com o presidente da OAB Diamantino, Pêrsio Landim, essa proposta de interiorização é fundamental para que toda a advocacia possa vivenciar a realidade da região e pensar, de forma conjunta, ações para a melhor distribuição de Justiça em todo o Estado.

Além disso, ele destaca a importância do evento não apenas para a classe, que terá oportunidade de participar de cursos e palestras, mas para diversos setores do município, como comércio e hotelaria.



Informe OAB



Comissão de Penal celebra obras na PCE

A diretoria da Penitenciária Central do Estado inaugurou, no dia 24 de maio, a reforma no Raio 05 da unidade e a construção de mais uma sala de Aula. A entrega, prestigiada pela OAB-MT, foi celebrada pelo vice-presidente da Comissão de Direito Penal e Processo Penal da entidade, Leonardo Bernazzolli. Ele parabenizou todos os envolvidos no empreendimento. “Certamente proporcionará melhores condições aos reeducandos, servindo de modelo para a reforma de outros setores da mesma unidade e para outras unidades prisionais do Estado, atendendo o Princípio da Dignidade humana”, comentou, lembrando que, com a sala de aula, será possível que a pena seja cumprida de forma que proporcione a ressocialização por meio da educação.

Primeiras audiências no Cejusc já têm data marcada

Com o funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania dos Juizados Especiais da Capital (Cejusc), iniciado no dia 28 de maio, as primeiras audiências de conciliação a acontecerem no espaço estão marcadas. A definição é do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. No dia 12 de junho, serão realizadas as audiências dos 1º, 2º e 6º Juizados Cíveis, que ficam instalados no Complexo Maruanã. Em 2 de julho, as audiências serão dos 3º e 8º Juizados Cíveis e do Juizado Especial da Fazenda Pública. Já em 16 de julho, será a vez dos 4º e 5º Juizados Cíveis, que ficam no Fórum de Cuiabá. O prédio do Cejusc funciona na rua Tenente Alcides Duarte de Souza, 275, bairro Duque de Caxias I, em Cuiabá, na lateral do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada.

Editais convocam interessados em receber recursos de condenações por dano moral coletivo

Foi publicado no dia 7 de maio o edital para seleção de projetos sociais que receberão recursos financeiros decorrentes de condenações por danos morais coletivos em ações judiciais. O edital foi lançado pelo Comitê Interinstitucional Gestor de Ações afirmativas, formado pela Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Ordem dos Advogados do Brasil. Podem participar da seleção instituições públicas e privadas, com finalidade social e sem fins lucrativos, e entidades sem personalidade jurídica ligadas a órgãos públicos. Elas devem apresentar projetos sociais voltados às áreas de educação, cultura, esporte, saúde, assistência social e segurança pública, em qualquer município de Mato Grosso. O edital é permanente, ou seja, as propostas podem ser apresentadas a qualquer tempo. As instituições/entidades interessadas devem apresentar os projetos diretamente na Coordenadoria Judiciária e de Apoio a Execução e Solução de Conflitos (Cjaesc), localizado no 6º andar do Fórum Trabalhista de Cuiabá, ou enviá-los pelo e-mail: caesc@trt23.jus.br.

Sala de Registros da PM está instalada no antigo Cisc Verdão

A Sala de Registros da Polícia Militar (PM) está instalada junto à Central de Flagrantes do antigo Centro Integrado de Segurança Comunitária (Cisc) Verdão, hoje Delegacia de Roubos e Furtos de Cuiabá. O comunicado foi feito à OAB-MT pelo subchefe do Estado Maior da PM, coronel Henrique Correia da Silva Campos. O espaço, que fica instalado no antigo Cisc Planalto, hoje Delegacia do Carumbé, precisou ser adequado no prédio do Verdão em virtude da reforma que a sede originária está sofrendo. A Sala de Registro seria instalada na 5ª Companhia da PM/Arena, anexa ao 10º Batalhão da PM, mas, conforme o comunicado, o local demonstrou-se inviável.

Em Destaque



Visita dos festejos do Divino Espírito Santo à sede da OAB-MT, com a bandeira e a coroa, em preparação para festa. A comitiva foi recepcionada por membros da Diretoria do Sistema OAB



O artista plástico Amâncio Ribeiro Alves, que expõe no espaço Silva Freire há um ano, no saguão da OAB-MT, esculpiu a deusa da justiça em tamanho natural, obra que também pode ser apreciada no espaço



Movimentação da campanha de vacinação contra gripe promovida pelo Sistema OAB-MT para atender a advocacia, familiares e colaboradores



Membros da Cojad, da CAA/MT, das diretorias da Subseção de Sinop e da seccional que prestigiaram a feijoada da advocacia realizada no município



Integrantes das comissões da OAB-MT que participaram do dia de atendimento ao público para prestar orientações jurídicas em diversas áreas durante a Campanha Maio Trabalho, realizada na Praça Alencastro